

HABEAS CORPUS Nº 514.902 - MS (2019/0166486-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JEFFERSON KENDY MAKYAMA
ADVOGADO : JEFFERSON KENDY MAKYAMA - PR044354
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ADEMAR MACHADO DE OLIVEIRA JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ADEMAR MACHADO DE OLIVEIRA JUNIOR, em face de decisão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul que indeferiu a liminar no *writ* de origem.

O paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33 e art. 35, ambos da Lei n. 11.343/06, à pena de 10 anos de reclusão, em regime fechado, e 1.371 dias-multa, tendo sido decretada sua prisão preventiva na sentença.

Neste *writ* o impetrante sustenta, em suma, ausência de cautelaridade e contemporaneidade do decreto preventivo proferido na sentença contra o paciente, que respondeu solto ao processo durante nove anos e compareceu a todos os atos processuais.

Requer, assim, seja restabelecida a liberdade provisória.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu liminar em *writ* impetrado no Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

O Tribunal *a quo* indeferiu o pedido liminar nos seguintes termos (fls. 26-27):

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso.

Consoante se infere, ao proferir a sentença condenatória, o julgador de primeira instância decidiu decretar a prisão preventiva do paciente com base nos seguintes fundamentos:

"Os réus não estão presos por este processo, sendo que não há razão para

o decreto da prisão preventiva de Francisco Divalmir Ribeiro. Por outro lado, em relação a Ademar Machado de Oliveira Júnior presente o risco à garantia da ordem pública, que surge diante da existência de risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do acusado, caso permaneça em liberdade, seja porque se trata de pessoa propensa à prática delituosa, o que até se denota das inúmeras cartas precatórias que constam em seus antecedentes, seja porque, se solto, teria os mesmos estímulos relacionados com o delito cometido, inclusive pela possibilidade de manter convívio com os parceiros do crime. E isso, **se amolda perfeitamente ao caso em tela, pois praticou o delito em questão no ano de 2010, supostamente participava de organização criminosa no ano de 2015 e responde pelo crime de tráfico de drogas nos autos nº. 0015780-91.2018.8.16.0045 (Arapongas/PR), conforme consta da carta precatória 0002492-77.2018.8.12.0016 (objetiva fiscalização de medidas substitutivas da prisão). Portanto, resta demonstrada a periculosidade do autuado e a necessidade de segregação para a garantia da ordem pública.** Expeça-se mandado de prisão em relação a Ademar Machado de Oliveira Junior."

A leitura do referido excerto indica que, em princípio, foi validamente demonstrado o *periculum libertatis* (perigo que decorre do estado de liberdade do paciente) a justificar a imposição da prisão preventiva para garantia da ordem pública. Afinal, além do delito imputado na ação penal em exame, com sentença condenatória proferida em primeira instância, **foram apontados elementos indicando o possível envolvimento do paciente em outros hipotéticos delitos graves, denotando a respectiva periculosidade.** Inexiste, diante desse contexto, flagrante ilegalidade ao direito de locomoção, devendo-se lembrar que as teses que amparam o pedido de liminar relacionam-se ao mérito da impetração, sendo prudente reservar-lhes o exame ao órgão colegiado.

Ante o exposto, não tendo, neste momento, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora postulada, com manifesto caráter satisfativo, indefiro-a.

Na sentença condenatória o decreto de prisão preventiva e a negativa de recorrer em liberdade foram assim fundamentadas (fl. 38):

"Os réus não estão presos por este processo, sendo que não há razão para o decreto da prisão preventiva de Francisco Divalmir Ribeiro. **Por outro lado, em relação a Ademar Machado de Oliveira Júnior presente o risco à garantia da ordem pública, que surge diante da existência de risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do acusado,** caso permaneça em liberdade, seja porque se trata de pessoa propensa à prática delituosa, o que até se denota das inúmeras cartas precatórias que constam em seus antecedentes, seja porque, se solto, teria os mesmos estímulos relacionados com o delito cometido, inclusive pela possibilidade de manter convívio com os parceiros do crime. **E isso, se amolda perfeitamente ao caso em tela, pois praticou o delito em questão no ano**

de 2010, supostamente participava de organização criminosa no ano de 2015 e responde pelo crime de tráfico de drogas nos autos nº. 0015780-91.2018.8.16.0045 (Arapongas/PR), conforme consta da carta precatória 0002492-77.2018.8.12.0016 (objetiva fiscalização de medidas substitutivas da prisão). Portanto, resta demonstrada a periculosidade do autuado e a necessidade de segregação para a garantia da ordem pública. Expeça-se mandado de prisão em relação a Ademir Machado de Oliveira Junior."

Como se vê, o decreto prisional justificou-se na reiteração delitiva, porquanto chegaram aos autos originais deste *writ* carta precatória *objetivando fiscalização de medidas substitutivas da prisão*, diante da notícia que o paciente *responde pelo crime de tráfico de drogas nos autos nº. 0015780-91.2018.8.16.0045* (fl. 38), de modo que não se verifica, ao primeiro exame, ilegalidade na decisão recorrida.

Pacífico é o entendimento de que a urgência intrínseca às cautelares, notadamente à prisão processual, exige a contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão evitar: HC 214921/PA - 6ª T - unânime - Rel. Min. Nefi Cordeiro - DJe 25/03/2015; HC 318702/MG - 5ª T - unânime - Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca - DJe 13/10/2015.

Deste modo, há contemporaneidade do decreto prisional ante a ocorrência de fatos novos durante a instrução criminal, já que o paciente *praticou o delito em questão no ano de 2010*, [no qual foi concedida a liberdade provisória], *supostamente participava de organização criminosa no ano de 2015 e responde pelo crime de tráfico de drogas nos autos nº. 0015780-91.2018.8.16.0045* (Arapongas/PR), *conforme consta da carta precatória 0002492-77.2018.8.12.0016* (objetiva fiscalização de medidas substitutivas da prisão) (fl. 38).

Depreende-se, pois, que foi praticado novo delito em data não informada do ano de 2018, quando o paciente estava em gozo da liberdade provisória concedida nos autos originais, e também em data não informada foi noticiado o Juízo de primeiro grau que decretou a constrição cautelar em sentença proferida em 21/5/2019.

Assim, justifica-se, nesse momento, a necessidade de segregação por atender, **ao menos em juízo perfunctório**, ao requisito essencial da cautelaridade, o que deverá ser melhor examinado no julgamento de mérito da impetração originária.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar ou apta a autorizar a mitigação da Súmula 691 do STF, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus*, o que será feito

pelo Colegiado de origem.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

